

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 15.10.2004

10/12/2002

EMENTÁRIO Nº 2168-1

SEGUNDA TURMA

QUEST. ORD. EM HABEAS CORPUS 82.056-5 RIO DE JANEIRO

**RELATOR:** MIN. CELSO DE MELLO  
**PACIENTE:** ROBSON BARRETO DA SILVA  
**IMPETRANTES:** JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS E OUTROS  
**COATOR:** SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**E M E N T A:** "HABEAS CORPUS" - CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA, **EM CONCURSO** COM DELITO CONTRA A LIBERDADE SEXUAL - RÉU PRONUNCIADO - ALEGAÇÃO DE INJUSTO CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO - **DUAS** SENTENÇAS DE PRONÚNCIA **ANULADAS**, COM A **MANUTENÇÃO** DA PRISÃO CAUTELAR - **SUPERVENIÊNCIA** DE TERCEIRA SENTENÇA DE PRONÚNCIA - **NOVA** DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE - CONSEQUENTE **NOVAÇÃO** DO TÍTULO JURÍDICO LEGITIMADOR DA MEDIDA CONSTRITIVA DO "STATUS LIBERTATIS" DO RÉU - **SUPOSTO** CONSTRANGIMENTO QUE, ACASO EXISTENTE, **SERIA IMPUTÁVEL** AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL, **E NÃO MAIS** AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - **PREJUDICIALIDADE** DA AÇÃO DE "HABEAS CORPUS".

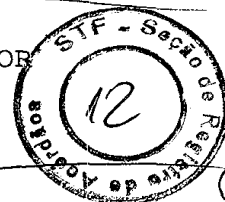
- A **superveniente** alteração do quadro processual, **resultante** da prolação de **outro** ato decisório **consubstanciador** de **nova** decretação da prisão cautelar do paciente, **faz instaurar** situação de **prejudicialidade** da ação de "habeas corpus", **considerada**, para esse efeito, a **novação** jurídica do título legitimador da privação cautelar da liberdade de locomoção física do réu. **Precedentes**.

A C Ó R D ã O

**Vistos, relatados e discutidos** estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **acolhendo** questão de ordem, **em julgar prejudicada** a ação de "habeas corpus".

Brasília, 10 de dezembro de 2002.

CELSON DE MELLO - PRESIDENTE E RELATOR



10/12/2002

SEGUNDA TURMA

QUEST. ORD. EM HABEAS CORPUS 82.056-5 RIO DE JANEIRO

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO  
PACIENTE: ROBSON BARRETO DA SILVA  
IMPETRANTES: JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS E OUTROS  
COATOR: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. RAIMUNDO FRANCISCO RIBEIRO DE BONIS, assim sumariou e apreciou a presente impetração (fls. 186/190):

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, E DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DE EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO PELO CONSELHO DE SENTENÇA. RÉU PRONUNCIADO. RÉU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO.

- Na espécie, se mostra incensurável a decisão vergastada que manteve a custódia processual do ora paciente, sob o fundamento de que a "... anulação da sentença de pronúncia, por si só, não enseja a revogação da prisão cautelar, se explicitado que permanecem os motivos para a custódia, ainda mais em se tratando de réu preso desde o flagrante e durante toda a instrução do feito, por possível prática de homicídio e atentado violento ao pudor, e que teria ameaçado

testemunhas ainda quando na viatura policial.'

- **PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM, COM RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE PARA A REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI.**

**EXMO. SENHOR MINISTRO-RELATOR,**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de ROBSON BARRETO DA SILVA, em face do v. acórdão proferido pela Egrégia Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, reproduzido às fls. 165/172, que houve por bem denegar **writ** originário, com vistas à revogação de prisão processual mantida pela sentença de pronúncia.

A ordem foi denegada, por unanimidade de votos, lastreando o v. acórdão objurgado nos fundamentos que restaram estampados na ementa, **verbis**:

**'CRIMINAL. HC. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. SENTENÇAS DE PRONÚNCIA ANULADAS. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA. ORDEM DENEGADA.**

I. A anulação da sentença de pronúncia, por si só, não enseja a revogação da prisão cautelar, se explicitado que permanecem os motivos para a custódia, ainda mais em se tratando de réu preso desde o flagrante e durante toda a instrução do feito, por possível prática de homicídio e atentado violento ao pudor, e que teria ameaçado testemunhas ainda quando na viatura policial.

II. Ordem denegada.' (fls. 165)

Nas razões deduzidas na exordial do presente **writ**, os Impetrantes reiteram, em síntese, a alegação de constrangimento ilegal sofrido pelo Paciente em sua custódia, sustentando que 'A situação é ímpar e gravíssima: preso, sem título, há mais de 2 (dois) e 6 (seis) anos, por nulidade a que não deu causa, falecendo justa causa e razoabilidade no seu encarceramento. Verdadeiramente, a excessiva demora para a ultimação do processo a que responde o paciente é provocada, exclusivamente, pelo r. Juízo processante, na medida em que o ilustre Juiz Presidente do III Tribunal do Júri da Capital do Estado do Rio de Janeiro não conseguiu até aqui prolatar sentença de pronúncia legalmente válida.' (fls. 06)

**Pleiteiam**, liminarmente, a liberdade do paciente e, ao final, a concessão em definitivo da ordem, pelos fundamentos expedidos na exordial, sendo-lhe expedido o competente alvará de soltura.

**Informações** apresentadas pela autoridade impetrada às fls. 174 e documentos.

**A liminar foi indeferida** pelo r. despacho de fls. 183 .

Eis a apertada síntese da **quaestio juris** aflorada na atividade processual em epígrafe.

A ordem **não comporta** deferimento.

Com efeito, no caso **sub examine** ainda que percalços de ordem processual tenham levado à anulação de duas sentenças de pronúncia, este fato por si só não tem o condão de justificar a revogação da custódia processual do ora paciente.

**Isto porque**, conforme se depreende dos autos o ora paciente esteve preso durante toda a instrução criminal, pois foi preso em flagrante, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso II, e art. 121, § 2º, c.c o art. 14 (quatro vezes), inciso II, e art. 214, todos do Código Penal.

**Demais disso**, os autos nos dão conta de que o acusado teria ameaçado testemunhas ainda dentro da viatura policial, fato que justifica a manutenção de sua segregação cautelar para garantia da ordem pública.

A **matéria** foi enfrentada com propriedade pelo voto condutor do v. acórdão fustigado, razão pela qual este Órgão Ministerial pede **data venia** para adotar como razões de sua manifestação os excertos, **in verbis**:

'(...)

A jurisprudência tem se orientado no sentido de que, quando da pronúncia, são desnecessárias maiores justificativas para a manutenção da custódia do agente que se encontrava preso durante toda a instrução criminal - como ocorrido in casu, eis que o paciente foi preso em flagrante, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121, § 2º, inciso II, e art. 121, § 2º, c/c o art. 14 (quatro vezes), inciso II, e art. 214, todos do Código Penal.

O Tribunal de origem ressaltou a subsistência da prisão cautelar, pois o paciente teria permanecido preso durante todo o transcorrer do feito.

**Com efeito.** A anulação da sentença de pronúncia não enseja, por si só, a revogação da prisão preventiva, se esta é recomendada por outros elementos dos autos, ainda mais diante da notícia de que o paciente teria ameaçado testemunhas, ainda quando na viatura policial (fl. 51).

**Outrossim,** acolho os fundamentos ministeriais, no sentido da inviolabilidade da soltura pretendida:

'Como bem destacado no v. vergastado, a anulação da sentença de pronúncia por falta de fundamentação não tem o condão de revogar a medida constritiva, perfeitamente fundamentada, nos termos dos artigos 312, do Código de Processo Penal.

Ora, o MM. Juiz, em sua sentença de fls. 75/79, afirmou a necessidade da manutenção da custódia para garantir a ordem pública, a segurança das testemunhas, que haviam sido ameaçadas ainda quando na viatura policial, o que demonstra extrema audácia por parte do paciente, que mesmo perante a polícia não se absteve de tentar obstacularizar a instrução criminal.

(...) Valendo lembrar, por oportuno, que o acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal e que as qualidades pessoais, por si só, também não têm força suficiente para revogar o decreto cautelar.' (fls. 184). (fls. 189/170)

**Isto posto,** opina o Ministério Público Federal **pela denegação da ordem**, com a recomendação de celeridade na realização do julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca do Rio de Janeiro-RJ." (grifei)

Ocorre, no entanto, que, em 08/10/2002, a colenda Quarta Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao julgar o Recurso em Sentido Estrito nº 356/2002, veio a negar-lhe provimento, mantendo, em consequência, não só a terceira

HC 82.056-QO / RJ

sentença de pronúncia, **como**, também, **reafirmando** a prisão cautelar de Robson Barreto da Silva.

Em virtude dessa superveniente inovação processual, verificada na causa penal **que motivou** a presente impetração, **suscito questão de ordem**, considerada a possível ocorrência, na espécie, de hipótese configuradora de **prejudicialidade** deste "writ" constitucional, **eis que instaurada**, no processo penal de conhecimento, **nova** realidade advinda da prolação da terceira sentença de pronúncia e do julgamento do Recurso em Sentido Estrito nº 356/2002.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): O ora paciente foi pronunciado pela suposta prática de crimes de homicídio qualificado (nas modalidades consumada e tentada) e de atentado violento ao pudor.

A primeira sentença de pronúncia foi anulada em decorrência do provimento de recurso em sentido estrito interposto pelo ora paciente, mantida, no entanto, quanto a ele, a prisão cautelar anteriormente decretada.

Sobreveio nova sentença de pronúncia, que também sofreu, em 11/06/2001, a interposição de novo recurso em sentido estrito (RSE nº 368/2001).

O E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mais uma vez, anulou a sentença de pronúncia, mantendo, outra vez mais, a prisão cautelar do ora paciente.

HC 82.056-QO / RJ

Esse acórdão **motivou** a impetração de "habeas corpus" (HC 20.217/RJ, Rel. Min. GILSON DIPP) perante o E. Superior Tribunal de Justiça, **que o denegou**, em decisão assim ementada:

**"CRIMINAL. HC. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. SENTENÇAS DE PRONÚNCIA ANULADAS. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA. ORDEM DENEGADA.**

I. A anulação da sentença de pronúncia, por si só, não enseja a revogação da prisão cautelar, se explicitado que permanecem os motivos para a custódia, ainda mais em se tratando de réu preso desde o flagrante e durante toda a instrução do feito, por possível prática de homicídio e atentado violento ao pudor, e que teria ameaçado testemunhas quando na viatura policial.

II. Ordem denegada."

O paciente - **considerado** o provimento do Recurso em Sentido Estrito nº 368/2001 - veio a ser pronunciado pela **terceira** vez, **mantida**, no entanto, **uma vez mais**, a anterior prisão cautelar a que estava sujeito.

A prolação dessa **terceira** sentença de pronúncia, por sua vez, **motivou**, por parte do ora paciente, a interposição de **outro** recurso em sentido estrito (RSE nº 356/2002), **cujo julgamento** - ocorrido em 08/10/2002 (**consulta** à página oficial que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro **mantém** na Internet) - culminou com o **improvemento** do recurso penal em questão.





HC 82.056-QO / RJ

Isso significa, portanto - porque mantida, **novamente**, a privação cautelar da liberdade individual do ora paciente - que a situação de **alegado** constrangimento **já não mais** deriva do acórdão do E. Superior Tribunal de Justiça, o qual, **impugnado** nesta sede de "*habeas corpus*", **manteve** a decisão do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro **proferida** no julgamento do **segundo** recurso em sentido estrito (RSE n° 368/2001).

É que essa **anterior** decisão do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (**que havia apreciado** o RSE n° 368/2001) **já se acha superada**, quanto a seus efeitos, pela superveniência, no caso, de **nevo** julgamento proferido pela Corte fluminense na apreciação do Recurso em Sentido Estrito n° 356/2002.

O Tribunal de Justiça local, ao examinar esse **terceiro** recurso em sentido estrito interposto pelo ora paciente (RSE n° 356/2002), **veio a introduzir** inovação na realidade processual **subjacente** à causa penal instaurada contra Robson Barreto da Silva, cuja prisão cautelar, **agora**, encontra fundamento, **não mais** nos acórdãos ora impugnados na **presente** ação de "*habeas corpus*", **mas**, isso sim, em **outro** título legitimador da medida de constrição que lhe afeta o "*status libertatis*".

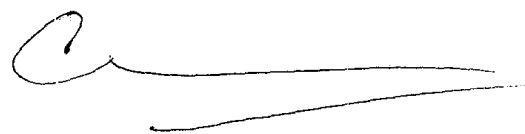
HC 82.056-QO / RJ

Vê-se, pois, que se registrou, na espécie, **novação** objetiva do título jurídico legitimador da prisão cautelar do ora paciente, circunstância esta que faz instaurar, na espécie, típica situação de **prejudicialidade** da presente ação de "habeas corpus".

Isso significa, portanto, que o alegado estado de injusto constrangimento à liberdade do ora paciente, **acaso** existente, será imputável, **agora**, ao Tribunal de Justiça local, e não mais ao Superior Tribunal de Justiça, o que afasta, por completo, a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar a presente causa.

Em suma: a **superveniente** alteração do quadro processual, **resultante** da prolação de **outro** ato decisório consubstanciador de nova decretação da prisão cautelar do paciente, faz instaurar situação de **prejudicialidade** da presente ação de "habeas corpus", considerada, para esse efeito, a **novação** jurídica do título legitimador da privação cautelar da liberdade de locomoção física do réu.

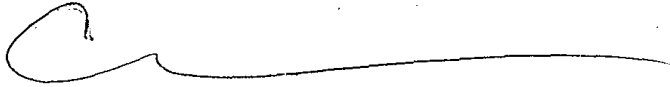
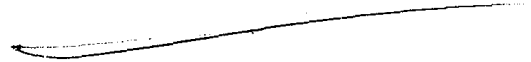
Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **resolvo a questão de ordem** ora suscitada, **propondo**, nos



HC 82.056-QO / RJ

termos constantes deste voto, seja reconhecida a **prejudicialidade** da presente ação de "habeas corpus".

É o meu voto.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a large, stylized initial 'C' followed by a long, horizontal, slightly wavy line.A handwritten signature in dark ink, consisting of a long, horizontal, slightly wavy line.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

QUEST. ORD. EM HABEAS CORPUS 82.056-5

PROCED.: RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

PACTE.: ROBSON BARRETO DA SILVA

IMPTE.: JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS E OUTROS

COATOR: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **acolhendo** questão de ordem, julgou **prejudicada** a ação de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. 2ª Turma, 10.12.2002.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Maurício Corrêa, Nelson Jobim e Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edinaldo de Holanda Borges.

Antonio Neto Brasil  
Coordenador

